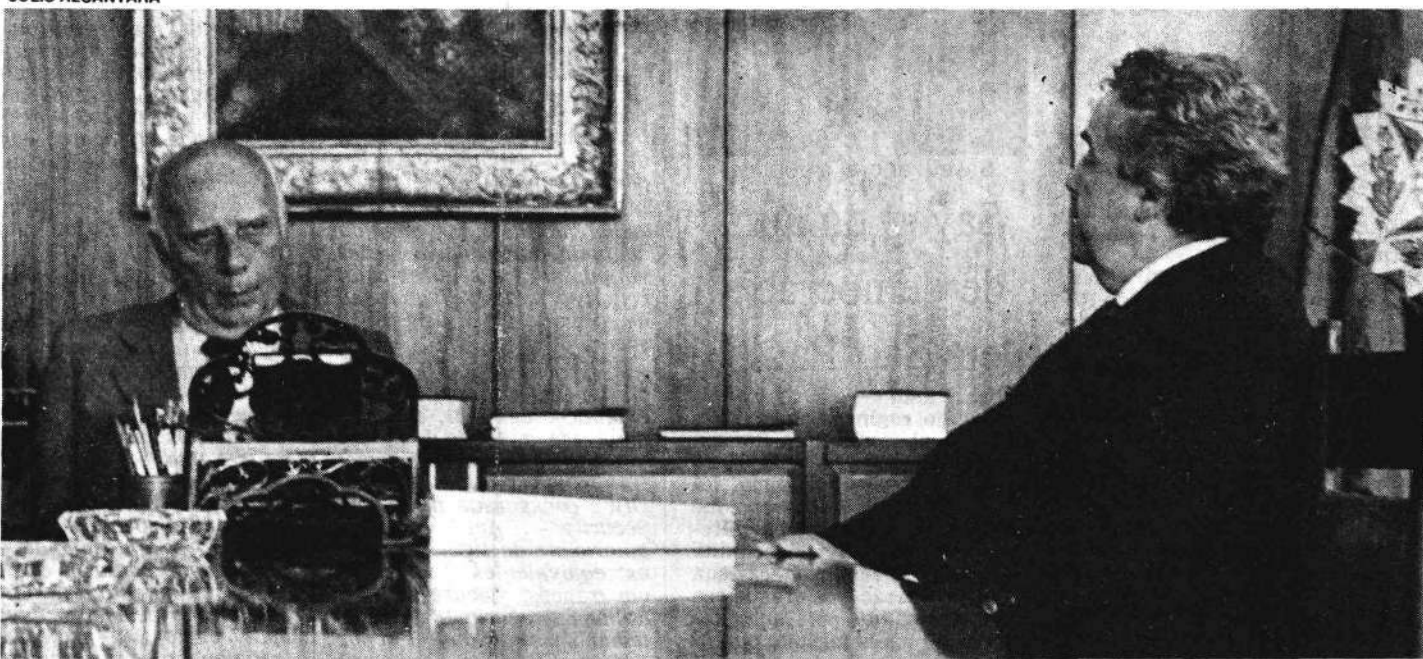


"Lobby dos governadores já está funcionando"

O anúncio é de Quercia. Arraes garante que "bandeira de mudanças" une peemedebistas



Cardoso: acusado de omissão no Senado



Paulo Brossard (d) não quis falar sobre sua conversa com o tetrapresidente Ulysses Guimarães ontem à tarde no Palácio

NIVALDO ARAUJO
Correspondente

Recife — "São daqui muito mais entusiasmado do que imaginava". Foi assim que o governador de São Paulo, Orestes Quercia, definiu sua opinião a respeito da reunião de cinco horas que manteve com o governador Miguel Arraes e mais quatro chefes de executivos estaduais peemedebistas, no Palácio do Campo das Princesas. Após fazer um resumo para a imprensa do que se passou no encontro, Quercia admitiu que os governadores já estão em plena execução de um lobby junto aos constituintes no sentido de que eles "atijam certos objetivos que entendemos fundamentais".

O governador Miguel Arraes lembrou que todos foram eleitos sob a bandeira das mudanças. "E essas mudanças continuam a representar o desejo de todos os governadores do PMDB". Disse Arraes que há a necessidade de renovação dos discursos de campanha, para se chegar à forma de encaminhamento das questões nacionais, no sentido de medidas que possam atender às necessidades básicas da população.

No aspecto econômico, o governador Miguel Arraes disse que já houve um entendimento dos secretários de Fazenda, na reunião realizada no Rio Grande do Sul, definindo a necessidade de se estabelecer uma estrutura tributária e fiscal mais justa, posição que os governadores apoiaram. "É uma visão comum dessa questão que vai ser levada à Constituinte", disse. A questão do mandato presidencial e o sistema de governo não figuraram na pauta da reunião, segundo o governador pernambucano: "Tratamos das questões concretas da população, das suas necessidades, atentando para o fato de que temos de enfrentar os problemas de base, das dificuldades que têm os Estados e da necessidade de ajuste a uma política nacional que leve em conta, prioritariamente isso".

O governador confirmou a preocupação, no encontro, quanto ao futuro do PMDB após a definição da nova Carta Magna, argumentando que o partido é importante em termos das mudanças que preconiza para o País. "O PMDB está presente em diferentes regiões do País, tem a sustentação de vários setores sociais, e é nossa obrigação manter unido esse grande eleitorado que envolve quase todos os governadores do País, que tem maioria no Congresso, que representa a maioria da nossa gente".

O governador da Bahia, Waldir Pires, demonstrou sua preocupação quanto ao futuro de seu partido, achando que foi oportuna a colocação desse tipo de questão na reunião de ontem, lembrando que o PMDB precisa ter uma proposta definida para exercer após a promulgação da nova Constituição do País. "É preciso que se defina uma linha muito clara a respeito de questões como a educação, saúde, desemprego, dívida interna, externa, sistema financeiro, bancário. Tudo isso o PMDB, logo depois da promulgação da Constituição, deve ter muito claro".

O governador baiano informou que o debate entre os chefes de executivos estaduais peemedebistas vai prosseguir, até o momento em que se entender que esteja "madura" uma reunião nacional, tudo na direção de tornar o PMDB verdadeiramente "no grande instrumento" nacional em prol das mudanças.

Outro governador peemedebista que participou da reunião, o do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo, disse que o encontro, seqüência dos entendimentos mantidos por ocasião da convenção do PMDB, foi uma avaliação da política atual e da que deverá ser adotada futuramente em termos das questões básicas com que se depara o País. O governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, insistiu na importância de trocas de ideias entre os governadores, como ocorreu ontem no Recife, no sentido de unir o PMDB em torno de propostas para depois da transição, que para ele está em plena execução com a promulgação da nova Carta Constitucional.

Conselho da Justiça quer revogar LSN

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), órgão do Ministério da Justiça, fixou ontem as linhas de trabalho a serem desenvolvidas para a criação da Lei de Defesa do Estado Democrático, que substituirá a Lei de Segurança Nacional (LSN). Após a reunião em que os diretores foram definidos, o presidente do Conselho, Eduardo Mulylaert, disse que os conselheiros "entendem que a LSN em vigor deve ser revogada, já que os crimes mais graves contra a segurança externa do país, como traição e espionagem, estão previstos no Código Penal Militar".

O CNPCP decidiu também que os crimes contra o Estado democrático devem constar de um capítulo a ser incluído no Código Penal Brasileiro. Os crimes de tortura, na opinião dos conselheiros, devem ser, da mesma forma, tratados pelo Código Penal, no capítulo de crimes contra a pessoa.

PMDB atrasa comissões com sua lentidão

Por omissão do PMDB o Senado ainda não instalou a CPI sobre alimentos estragados, a Comissão especial sobre estagnação da economia e nem começou a apreciar a representação do Tribunal de Contas da União sobre irregularidades na Funai, exercícios de 83, 84 e 85.

As três comissões estão na dependência de indicações do PMDB, diversas vezes solicitadas pela presidência do Senado e pelas lideranças do PFL e do PDS. A representação do TCU foi encaminhada à Comissão de Controle e Fiscalização, que não existe.

ALIMENTOS

A CPI sobre alimentos estragados e sua importação foi proposta em junho pelo senador Mauro Borges (PDC-GO) e contou com as assinaturas de vários senadores do PMDB, segundo os quais o Governo tinha o maior interesse na apuração dos fatos. Desde então a liderança do PMDB recebe apelos para indicar seus representantes e não o faz sob os pretextos mais diversos.

O líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho (PA), coordenador dos pequenos partidos, procurará hoje o líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), para pedir-lhe que libere a CPI. Frisará que o Executivo já fez uma co-

missão, anunciou a descoberta de irregularidades, enquanto o Legislativo está paralisado.

A Comissão especial sobre estagnação da economia é proposta do senador Irapuan Junior (GO), que, apesar de ser do PMDB, não conseguiu de seu partido os representantes. Esse tema — a estagnação da economia — é dos mais frequentes no plenário. Contudo, não há um levantamento do Legislativo a respeito, o que torna as discussões muito genéricas.

REPRESENTAÇÃO

A Comissão de Controle e Fiscalização do Senado foi criada em decorrência da Lei Mauro Benevides (PMDB-CE), que regulamentou o art. 72 da Constituição. De acordo com o § 4, o TCU deve representar ao Congresso Nacional sobre as irregularidades e abusos que verificar.

Em março, quando se discutiu o funcionamento do Senado no período da Assembleia Nacional Constituinte, ficou resolvido que duas comissões seriam imprescindíveis: a de Controle e Fiscalização e a do Distrito Federal. Esta foi instalada de imediato, quase, mas a outra permanece na dependência da liderança do PMDB, que não mostrou interesse por sua constituição.

Aliança lava roupa suja no plenário

O senador Nelson Carneiro (PMDB/RJ) criticou duramente o líder do PFL no Senado, senador Carlos Chiarelli (PFL/RS), durante sessão extraordinária da Casa realizada ontem de manhã. Tendo em mãos artigo publicado no CORREIO BRAZILIENSE de segunda-feira, segundo o qual Chiarelli fez críticas à política econômica imposta pelo PMDB, Carneiro iniciou seu protesto, que terminou meia hora depois com aspecto de julgamento. O "reú", no caso, foi considerado culpado.

— Pensei que as críticas tivessem sido feitas pelo mais ardoroso, extremo inimigo da Aliança Democrática. Mas, com surpresa, vejo que é um dos próprios da Aliança, aquele que participa das reuniões no Palácio do Planalto, juntamente com as lideranças do PMDB, que vem de público atirar sobre o partido aliado tão graves acusações", disse Nelson Carneiro. O senador Pompeu de Sousa, por sua vez, defendeu que a Aliança Democrática haja "pele menos uma distribuição de culpas e não só uma distribuição de vantagens", classificando os peletistas de "nossos infelizes aliados".

O líder do PFL em exercício, durante a sessão, senador Edison Lobão (PFL/MA) passou logo a responder pelo "acusado" que não estava presente. Lobão lamentou a ausência de Chiarelli, mas garantiu que ele dissera "a verdade inteira" na matéria do CORREIO. "Quem mais acusa o Governo e o faz diariamente, com absoluta veemência, é o PMDB", lembrou o senador. "O PFL tem sido o sustentáculo do Governo e tem sido criticado por isso", afirmou. "Se há um partido hoje solidário com o Planalto, este partido é o PFL", garantiu, ao lembrar que a Frente Liberal "pagou um preço caríssimo nas eleições pelos erros trágicos do PMDB no Governo, sobretudo na área econômica".

Nelson Carneiro revidou, dizendo que se o PFL é, de fato, o maior partido de apoio ao Governo, deveria lutar pela manutenção da Aliança Democrática, pois somente com ela existe a maioria para apoiar a ação presidencial. O senador, ao contrário do que disse Lobão, garantiu que o PMDB não está para rachar. Ao pedir a palavra, o senador Jarbas Passarinho (PDS/PA) ironizou a crítica dos peemedebistas, lembrando que a Aliança Democrática não existe. "O senador Nelson Carneiro afirma que o PMDB e o PFL deveriam ser duas linhas paralelas para apoiar o presidente José Sarney, mas na geometria se diz que duas linhas paralelas só se encontram no infinito. Espere Vossa Excelência pelo infinito", afirmou.

ACUSAÇÕES

Edison Lobão voltou a pedir a palavra e, em tom de acusação, lembrou que o PMDB concordou em abrir CPI para investigar irregularidades na licitação para a construção da Ferrovia Norte Sul, por estar o Ministério dos Transportes nas mãos do PFL. "No caso da CPI para apurar problemas na Previdência", disse Lobão, "o PMDB preferiu não mexer com isso, porque afinal a Aliança está formada entre dois partidos, etc. etc. Eu desisti", contou. "O preenchimento que nós do PFL temos numa espécie de solidariedade com o PMDB não é o mesmo que tem o PMDB para com o PFL", reclamou.

Nelson Carneiro defendeu o ministro da Previdência afirmando que as acusações feitas eram diretamente sobre sua pessoa, o que não aconteceu em relação ao ministro dos Transportes. No final da discussão, em tom de conciliação, propôs: Faça votos para que esqueçamos as nossas divergências, e se quisermos continuar juntos vamos paralelas, que nunca se encontram, mas como aquelas linhas paralelas que afinal, contrariando a geometria e o nobre senar Jarbas Passarinho, se unem.

Tetrapresidente acumula agendas

A Constituinte foi a principal preocupação do presidente em exercício, deputado Ulysses Guimarães. Ele passou toda a manhã reunido, na residência oficial da presidência da Câmara, com os líderes do PMDB, o relator, os relatores adjuntos e o presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, preocupado com os últimos acertos em torno do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), que vai ser apresentado no próximo dia 23.

No segundo dia como Presidente em exercício — é a sétima vez que ele assume o cargo, internamente — Ulysses Guimarães chegou ao Palácio do Planalto pouco antes das três da tarde. Extra-agenda, ele recebeu o deputado José Dutra (PMDB-AM), que veio lhe trazer solidariedade por causa da

matéria de capa da edição desta semana da revista Veja — "Ulysses vaiado, a decadência do PMDB". O Presidente em exercício teria dito, segundo o deputado, que "esse é o ônus de um homem público".

Numa tarde tranqüila, o Presidente em exercício não assinou qualquer documento e recebeu, além do deputado José Dutra, um outro deputado peemedebista, Ervin Bonkowski, do Paraná. Na agenda oficial, apenas um compromisso, com o ministro da Justiça, Paulo Brossard. Apesar da polêmica em torno do CIMI e da proximidade da greve geral, marcada para o próximo dia 20, a secretaria de imprensa do Palácio informou que o despacho com o Ministro da Justiça foi de rotina. Paulo Brossard não quis falar com a imprensa.

Constituintes condenam campanha contra Ulysses

A Assembleia Nacional Constituinte começou a semana sem a presença de seu presidente e, ao mesmo tempo, com notícias da imprensa de que Ulysses Guimarães vive o pior momento de sua carreira. A reação do plenário da Constituinte quanto a estes fatos não demorou, começando pelo pronunciamento do deputado Cid Carvalho (PMDB/MA), que usou o horário destinado à liderança de seu partido para condenar as críticas que atingem todo o Legislativo e particularmente seu presidente. Os vice-líderes do PDT, Amaury Muller, e do PDC, Silveira Campos, se solidarizaram com a manifestação, criticando "a campanha difamatória" contra Ulysses.

A ausência de Ulysses Guimarães não alterou a tradição do plenário: discursos diversificados para poucos ouvintes. Um pequeno debate se insinuou na discussão do projeto de Constituição, quando a deputada

Lidice da Mata (PC do B/BA) colocou sua posição contrária ao voto distrital e foi apartada pelo deputado Gerson Peres (PDS/PA) que lhe esclareceu as vantagens deste sistema.

Para Lidice, o voto distrital representa uma grave ameaça à sobrevivência da democracia representativa. "Este sistema vai institucionalizar os currais eleitorais e a influência do poder econômico, retirando dos eleitos a representação dos problemas nacionais. É um retrocesso na vida política e um duro golpe na representatividade proporcional, que vem se desenvolvendo desde a Constituição de 1934", alertou. Concorda com ela a deputada Moema São Tiago (PDT/CE), que vê neste sistema um "fechamento do espaço político brasileiro".

Gerson Peres pediu aparte para falar das vantagens do voto distrital. "Ele dá oportunidade de identificar o melhor can-

didato", segundo o deputado. Falou à Lidice que este sistema, ao contrário do que ela pensa, permite ainda identificar os agentes da corrupção que agem assegurados pelo poder econômico. "No sistema de voto proporcional", argumentou Peres, "fica difícil dizer quem é quem. O distrital também trará o equilíbrio partidário, possibilitando o crescimento dos pequenos partidos".

Na sessão de ontem, ainda, o deputado Paulo Delgado (PT/MG) criticou os gastos de propaganda feitos pelos governos federal, estadual e municipal. "Estão usando o dinheiro público para autopromoção, divulgação de narcisismo de governantes", disse, sugerindo que o uso do dinheiro do contribuinte seja disciplinado e aplicado em propagandas com fins educativos e para noticiar atividades da administração indireta, que não operem em regime de monopólio.

OAB espera a nova Carta "sem ilusão"

Recife — O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, disse ontem, nesta capital que está "aguardando a Constituição sem ilusões mas com alguma esperança". Ele afirmou que o Brasil tem hoje a grande oportunidade de construir uma verdadeira democracia, acrescentando que não só ele, mas todo o povo brasileiro espera que a Constituinte entenda o atual momento político que vivemos e lance as bases de uma democracia fundamentada no bem-estar social.

Márcio Bastos esteve em Recife para presidir a reunião extraordinária do Conselho Federal da OAB, que este mês realizou-se pela primeira vez fora da sede da entidade, no Rio de Janeiro. A abertura dos trabalhos contou com a participação do governador Miguel Arraes e a reunião deve se encerrar hoje, quando os 69 membros do Conselho Federal e os 23 presidentes das seccionais estaduais da OAB deverão divulgar documento sobre o momento político-constitucional brasileiro.

Miguel Arraes, ao falar para os conselheiros disse que "o papel da Justiça é do bem-comum" e afirmou que "é difícil se governar numa sociedade marcada pelas desigualdades". O presidente da OAB disse que "esse Congresso que está aí não foi a Constituinte que desejávamos".

Del Bosco condena atuação dos blocos

O máximo que o relator da Comissão de Sistematização pode fazer é apresentar um texto que seja rejeitado ou melhorado pela votação em plenário. Com base nesta constatação, o deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) criticou a articulação dos vários grupos que tentam "elaborar uma Constituição secreta" e disse que não encontra justificativa para as reuniões dos blocos fora do Congresso, pois "quem quiser que vote contra" o que Bernardo Cabral apresentar. Na sessão de ontem da Assembleia Nacional Constituinte, Del Bosco ocupou a tribuna para indicar o que considera errado na condução do processo de elaboração da nova Carta e defendeu Bernardo Cabral dos ataques que vem sofrendo e que já se transformaram em "moda do dia".

Para Del Bosco, Bernardo Cabral deve estar incomodando a alguém, "por isso deve ser destruído". Mostrou-se decepcionado com a atuação do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), e reclamou a ausência do presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães. "Se acontece alguma coisa, agora, na Constituinte, o nosso presidente não está aqui para resolvê-la", ressaltou.

Por 20 minutos, o deputado manifestou toda a sua insatisfação quanto ao desenrolar dos trabalhos da Constituinte,

desde o Regimento Interno, que considera ditatorial, até as conceituações de esquerda ou direita, conservador ou progressista. "Por não ser do MUP, sou considerado retrógrado, embora seja reconhecido como progressista pelas minhas posições sócio-políticas", acrescentou, dizendo não ter carteira de direita nem de esquerda, por isso é um dos "incautos" da Constituinte.

O deputado centrou seu pronunciamento na defesa de Cabral criticando os blocos que se reúnem "em chácaras, hotéis e outros locais às escondidas, com guardas nas portas". Para ele, estes grupos "devem estar tratando de assuntos que nós não devemos saber". Na mesma sessão, o deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP), sem chegar a condenar a formação dos grupos, alertou que "existe gente determinada a não aceitar qualquer tipo de Constituição".

Rollemberg acha que a formação de grupos é importante como esforço necessário à coleta de interesses dos diversos segmentos da sociedade e também como uma forma de instalar o debate. Mesmo assim, reconhece que "para alguns" não interessa o consenso e a discussão. Estes, segundo ele, aplicam o velho princípio: "Pode casar com quem quiser, desde que seja com a Maria".

Delfim pede Carta "enxuta e aberta"

São Paulo — Ao defender ontem uma Constituição "curta, enxuta e aberta", o deputado Antônio Delfim Netto (PDS-SP) manifestou a esperança de vir a convencer o que chamou de "esquerda retrógrada" de que a economia de mercado é a única forma de se combinar "um pouco de eficiência com um pouco de liberdade". Depois de afirmar que confia no trabalho do relator Bernardo Cabral, Delfim destacou que quer uma Carta Constitucional aberta, ou seja, que não fixe o destino do

Brasil, "permitindo que a cada momento o País estabeleça as linhas do seu próprio destino". — Só assim teremos uma economia mais livre num instante e uma intervenção um pouco maior noutro instante, até que nós possamos construir uma sociedade realmente apoiada numa economia de mercado — acrescentou o parlamentar pedessista, que criticou os chamados progressistas, a quem se referiu como "esquerda retrógrada", pela defesa da estabiliza-